

**Resultado da Agenda Legislativa****De 27/05/2024 até 31/05/2024****Congresso Nacional****28/05/2024 - terça-feira**

13:00  
[Sessão Plenária](#)  
Local: Plenário da Câmara dos Deputados  
Objetivo: Dedicada à deliberação dos Votos nos. 46 de 2023, 30 e 45 de 2022, 9, 14 (dispositivos 1 a 2, 5 a 23, 35 a 38, 61 a 64, 66, 67, 109 a 114, 116, 119 a 135, 137, 139 a 200 e 203 a 207), 18, 20 (dispositivos 3 e 5 a 10), 30 (dispositivo 3), 39, 41, 43 (dispositivo 10), 46 (dispositivos 1 a 3, 5, 8 a 12 e 14), 47 (dispositivos 9 a 17) e 48 de 2023, e 1, 4 (dispositivos 61 e 8) de 2024; 18, 20 nos. 1, 2 e 5 a 11 de 2024; e eleição complementar do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.  
Proposições em pauta

Ordem: 1  
**CVL 162/2021 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 1.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acessa o Tíbulo XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.888, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito e revoga a Lei nº 1.179, de 14 de dezembro de 1981 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Mantido na Câmara dos Deputados. O Voto deixa de ser submetido ao Senado Federal. Será feita comunicação ao Senhor Presidente da República. Votação nominal: Sim: 317 Não: 139 Abstenção: 4 Total: 460

Ordem: 3  
**CVL 165/2022 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 1.203, de 2021, que "Dispõe sobre o programa de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, o Conselho Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (VigFronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2009, 8.171, de 17 de janeiro de 1993, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e da Lei nº 6.198, de 28 de dezembro de 1974, e 6.846, de 4 de outubro de 1977, e 6.896, de 14 de dezembro de 1980, 7.976, de 8 de novembro de 1989, 7.989, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 4  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2023 (originado da MPV nº 1.151/2022), que "Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre o agenciamento de Serviços Públicos para a produção sustentável, a Lei nº 11.216, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 5  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 (nº 1.825/2022, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Lei Geral do Esporão".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 6  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2023 (originado da MPV nº 1.162/2023), que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), e a Lei nº 4.501, de 14 de dezembro de 1964, e a Lei nº 4.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), e a Lei nº 6.796, de 19 de dezembro de 1979, e a Lei nº 8.636, de 11 de maio de 1990 (Lei do FCTN), e a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, e as Leis nºs 4.725, de 16 de julho de 1997, e a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 10.203, de 26 de agosto de 2004, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e a Lei nº 13.105, de 16 de maio de 2013 (Código de Processo Civil), e a Lei nº 12.465, de 11 de julho de 2011, e a Lei nº 14.066, de 23 de setembro de 2020, e a Lei nº 14.133, de 17 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a Lei nº 14.200, de 4 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 10  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 1.045, de 2022 (nº 4.363/2001, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do "caput" do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.875, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 967, de 2 de julho de 1969".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Mantidos os dispositivos 41.23.01 a 41.23.07, 41.23.09, 41.23.10, 41.23.12 a 41.23.22, 41.23.26 a 41.23.29 e 41.23.31 na Câmara dos Deputados; demais de ser submetidos ao Senado Federal. Rejeitados os dispositivos 41.23.08, 41.23.11, 41.23.23 a 41.23.25, 41.23.27, 41.23.28 e 41.23.32 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Votação por cédula eletrônica. Será feita comunicação à Presidência da República. Os dispositivos rejeitados vão à promulgação.

Ordem: 11  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que "Altera a Lei nº 11.932, de 25 de junho de 2009, e a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para dispor sobre a estrutura de classes e respectivas condições de classes fundadas e de outras providências".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitado o dispositivo 45.23.10 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Votação por cédula eletrônica. Será feita comunicação à Presidência da República. O dispositivo rejeitado vai à promulgação.

Ordem: 12  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 3.954, de 2023, que "Altera a Lei nº 14.133, de 17 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de dispensa facultada nas licitações de obras e serviços que especifica, facilitar e adotar de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispoe sobre a execução e liquidação do objeto, remanejo de contratos administrativos rescindidos, permitir a prestação de garantia na forma de prova de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 13  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999 (nº 6.299/2002, na Câmara dos Deputados), e alteração do inciso VI do art. 149 (2002), que "Dispõe sobre a pesquisa, a exploração, a comercialização, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a conservação, a utilização, a importação, a exportação, o destino final das resíduos e dos subprodutos, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos do controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga a Lei nº 7.982, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 28 de janeiro de 1999".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 14  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2018 (nº 116/2023, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandou), para vedar a autificação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitado no Senado Federal. Passa-se à deliberação na Câmara dos Deputados. Votação nominal: Sim: 21 Não: 44 Abstenção: 0 Total: 65 Resultado da matéria: Rejeitado na Câmara dos Deputados. O Voto vai à promulgação. Votação nominal: Sim: 164 Não: 284 Abstenção: 2 Total: 450

Ordem: 15  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e de outras providências".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitados os dispositivos 01.24.01 a 01.24.10, 01.24.13, 01.24.14, 01.24.17, 01.24.18, 01.24.22, 01.24.23, 01.24.24, 01.24.27, 01.24.30, 01.24.41, 01.24.42, 01.24.164 na Câmara dos Deputados. Votação por cédula eletrônica. Será feita comunicação à Presidência da República. Os dispositivos rejeitados vão à promulgação. Objeto da deliberação: Dispositivos 01.24.01, 01.24.02, 01.24.05, 01.24.016, 01.24.019 a 01.24.021, 01.24.024 a 01.24.031, 01.24.038, 01.24.039, 01.24.042 a 01.24.047 e 01.24.13 a 01.24.163, 01.24.165 a 01.24.210, detalhados. Resultado: Mantido na Câmara dos Deputados. Os dispositivos deixam de ser submetidos ao Senado Federal. Será feita comunicação à Presidência da República. Votação nominal: Sim: 244 Não: 177 Abstenção: 0 Total: 421 Objeto da deliberação: Dispositivos 01.24.48 a 01.24.52, detalhados. Resultado: Rejeitado na Câmara dos Deputados. Passa-se à deliberação no Senado Federal. Votação nominal: Sim: 107 Não: 339 Abstenção: 1 Total: 447 Objeto da deliberação: Dispositivos 01.24.43 a 01.24.52, detalhados. Resultado: Rejeitados no Senado Federal. Os dispositivos vão à promulgação. Votação nominal: Sim: 23 Não: 47 Abstenção: 0 Presidente: 1 Total: 71

Ordem: 16  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitado o dispositivo 04.24.64 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Votação por cédula eletrônica. Será feita comunicação à Presidência da República. O dispositivo rejeitado vai à promulgação.

Ordem: 25  
**CVL 162/2023 - (ESPECIAL)**  
**Autoria: Presidência da República**  
Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, crédito suplementar no valor de R\$ 152.029.027,00, para redução de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**Resultado:** [Deliberado] Resultado da matéria: Aprovado na Câmara dos Deputados, na forma proposta pelo Poder Executivo, com o voto contrário do Partido Novo. Passa-se à votação no Senado Federal. Resultado da matéria: Aprovado no Senado Federal, na forma proposta pelo Poder Executivo. A matéria vai à sanção.

# Senado Federal

## 27/05/2024 - segunda-feira

**10:00**

### [Sessão Plenária](#)

Local	Objetivo	Status
Plenário do Senado Federal	Debater "A Tragédia no Estado do Rio Grande do Sul".	Encerrada

## 28/05/2024 - terça-feira

**09:30**

### **CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**

#### [11ª, Extraordinária - Semipresencial](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: 2

**SF PL 1829/2019 - (ORDINARIA)**

**Autor(a): Carlos Eduardo Cadoca**

Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

**Despachos:** CCJ -> CDR -> PLEN

**Atual Relator(a):** Davi (UNIÃO/AP)

**Relatório**

Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1829 de 2019, com acolhimento parcial da Emenda nº 5-CCJ (SUBSTITUTIVO), que incorpora, total ou parcialmente, as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, as Emendas nºs 6 a 10-CDR e a Emenda nº 13-CDR, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada.

**ORIENTAÇÃO FPA**

FAVORÁVEL COM RESSALVAS □

**ARGUMENTAÇÃO:** Análise de acolhimento das emendas apresentadas

**Resultado:**

Designado relator ad hoc, o Senador Flávio Bolsonaro, é lido o relatório e concedida vista coletiva nos termos regimentais.

Ordem: 4

**SF PL 3100/2023 - (ORDINARIA)**

**Autor(a): Jaime Bagattoli (PL/RO)**

Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro - Oeste - FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

**Despachos:** CDR -> CRA -> CAE (T)

**Relatório**

Pela aprovação nos termos do substitutivo e acolhimento parcial da Emenda 1-T.

**ORIENTAÇÃO FPA**

FAVORÁVEL AO RELATÓRIO □

**ARGUMENTAÇÃO:** Favorável ao substitutivo apresentado. A proposição se alinha às determinações de aplicação dos Fundos constitucionais regionais, bem como inclui como destinatários dos recursos indivíduos integrantes de setor produtivo constitucionalmente protegido. Importante frisar que a constitucionalidade da proposição está atrelada ao substitutivo minutado, pois a transferência de recurso de um Fundo federal poderia suscitar questionamentos diante do art. 159 da CF.

**Resultado:**

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 2-[CDR] (Substitutivo) com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T.

**10:00 CE - Comissão de Educação e Cultura**[29ª, Extraordinária - Semipresencial](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: 1

**[SF PL 5665/2023 - \(ORDINARIA\)](#)****Autor(a): Professora Dorinha (UNIÃO/TO)**

Prorroga, até 31 de dezembro de 2028, a vigência do Plano Nacional de Educação aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

**Despachos:** CE (T)**Relatório**

Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1

**ORIENTAÇÃO FPA**

FAVORÁVEL □

**ARGUMENTAÇÃO:** O Plano Nacional de Educação é uma Política Pública de Estado. O objetivo único é servir a nação como um todo, devendo ser pautada por um processo amplo, plural e transparente, bem como, acima de interesses político partidários de governos. Estamos falando sobre a educação de nossas crianças e jovens para os próximos 10 anos. A proposta de prorrogação para evitar qualquer prejuízo à educação brasileira enquanto se constrói um novo plano de maneira democrática, transparente e participativa.

**Resultado:**

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1.

**14:00 CMA - Comissão de Meio Ambiente**[22ª, Extraordinária - Semipresencial](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Celebrar o dia nacional da caatinga e debater sobre as ações contra a desertificação	Realizada

Convidados

- **Nome:** Alexandre Henrique Bezerra Pires - **Cargo:** Diretor do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
- **Nome:** Cristina Farias da Fonseca - **Cargo:** Superintendente Substituta do Ibama em Pernambuco
- **Nome:** Francisco Carneiro Barreto Campello - **Cargo:** Diretor Executivo da Fundação Araripe
- **Nome:** Givânia da Silva - **Cargo:** Coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos -CONAQ
- **Nome:** Maria Aparecida Mendes - **Cargo:** Mestre em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais/UnB
- **Nome:** Mônica Tejo - **Cargo:** Diretora do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA)

## **29/05/2024 - quarta-feira**

09:00 CMA - Comissão de Meio Ambiente

[23ª, Extraordinária - Semipresencial](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: 1

**SF PDL 183/2020 - (ORDINARIA)**

**Autor(a): Paulo Rocha (PT/PA)**

Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

**Despachos:** CMA -> CCJ -> PLEN

**Atual Relator(a):** Ana Paula Lobato (PDT/MA)

**Relatório**

Pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decretos Legislativos nº 183, de 2020, e nº 187, de 2020.

**ORIENTAÇÃO FPA**

FAVORÁVEL AO RELATÓRIO □

**ARGUMENTAÇÃO:** Entende-se por matéria vencida, revogada pela Instrução Normativa FUNAI n. 30, de 9 de agosto de 2023, que susta a norma da Funai, que garante o direito de proprietários rurais de terem documento da Funai que ateste que os limites de suas propriedades não invadem reservas homologadas.

**Resultado:**

Adiado

Ordem: 2

**SF PDL 174/2021 - (ORDINARIA)**

**Autor(a): Fabiano Contarato (PT/ES)**

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

**Despachos:** CMA -> CCJ -> PLEN

**Atual Relator(a):** Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

**Relatório**

Pela aprovação do PDL 174/2021 e pela prejudicialidade do PDL 194/2021.

**ORIENTAÇÃO FPA**

FAVORÁVEL AO RELATÓRIO □

**ARGUMENTAÇÃO:** Entende-se por matéria vencida após a publicação da IN nº 19, de 2 de junho de 2023, do Ibama, e nº 9, de 23 de agosto de 2023, do Instituto Chico Mendes, que regulamenta o processo administrativo de apuração de infrações ambientais e suas respectivas áreas de atuação.

**Resultado:**

Adiado

Ordem: 5

**SF REQ 24/2024 CMA - (DIVERSOS)**

**Autor(a): Wellington Fagundes (PL/MT)**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir ações preventivas diante das projeções climáticas que indicam seca severa para o bioma Pantanal.

**Relatório**

**Resultado:**

Aprovado

Ordem: 6

**SF REQ 25/2024 CMA - (DIVERSOS)**

**Autor(a): Leila do Vôlei (PDT/DF)**

Requer a realização de ciclo de debates, em conjunto com a CE, para debater e celebrar os 25 Anos da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA

**Relatório**

**Resultado:**

Aprovado

Ordem: 7

**SF REQ 26/2024 CMA - (DIVERSOS)**

**Autor(a): Zequinha Marinho (PODE/PA)**

Requero, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater incentivos à produção sustentável de biogás e biometano a partir de resíduos da agropecuária e urbano

**Relatório**

**Resultado:**

Aprovado

